COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 238, DE 2006

"Propõe projeto de lei que prevê ao Ministério Público fiscalizar e estimular o funcionamento dos programs de planejamento familiar proteção social."

Autor: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESESUL

Relator: Deputado Leonardo Monteiro

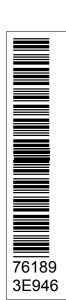
I – RELATÓRIO

Cuida-se de sugestão apresentada pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESESUL, por meio da qual propõe a atribuição de competência ao Ministério Público para "fiscalizar e estimular o funcionamento dos programas de planejamento familiar, tanto contraceptivos como de reprodução assistida, além dos programas de adoção".

Nos seus arts. 2º a 5º, a proposição trata da "colocação em Lar Família Substituta", determinando que "os Municípios, em conjunto com os Conselhos Tutelares e o Ministério Público, selecionarão famílias estruturalmente sadias e dispostas a receberem crianças e adolescentes em situação de risco social, onde ficarão no máximo dois reeducandos por período fixo".

O art. 6º obriga o Conselho Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares e o Ministério Público a fiscalizar as casas de jogos de Internet conhecidas como "Lan House", bem como os estabelecimentos que alugam e vendem fitas de jogos e os próprios provedores de Internet, para verificar o cumprimento das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por fim, o seu art. 7°, erroneamente numerado como 6°., dispõe que a "a conversão do casamento religioso ou união estável em casamento civil é atribuição do juiz de paz".



Em sua justificativa, a entidade autora assevera que "o objetivo da proposta é dar uma dinâmica mais ativa na proteção da família, mas protegendo a criança e adolescente e não os pais, como te sido atualmente".

Assevera também que a proposição "visa efetivar a medida de planejamento familiar, a qual não se confunde com controle de natalidade e não pode sofrer intervenções religiosas, pois é um direito assegurado na Constituição Federal".

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos dos arts. 32, XII, "a" e "b", e 254 do RICD, compete a esta Comissão de Legislação Participativa a elaboração de parecer sobre a sugestão apresentada.

O projeto de lei sugerido pela entidade epigrafada, na parte refente à fiscalização das ações de planejamento familiar pelo Ministério Público, é injurídico porque carece do requisito da inovação, eis que a matéria já se encontra disciplinada pela Lei nº 9.263, de 12 de Janeiro de 1996.

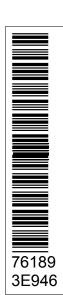
Em relação à medida denominada pela sugestão de "colocação em lar família substituta" (art. 5°), que consiste na seleção pelos Municípios, em conjunto com os Conselhos Tutelares e o Ministério Público, de "famílias estruturalmente sadias e dispostas a receberem crianças e adolescentes em situação de risco social, onde ficarão no máximo dois reeducandos por período fixo", é de se tê-la por injurídica pela mesma razão.

Na verdade, a matéria já se encontra disciplinada pela Lei nº 8.069, de 1990 (Estado da Criança e do Adolescente – ECA), no Título II, Capítulo III, Seção III (Da família substituta).

O seu art. 28 determina que "a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou do adolescente", nos termos da Lei referida.

Além dessas medidas, o ECA também dispõe sobre a medida de abrigo nos arts. 90, IV, 92, 93, 94, 1.º e 101, VII e parágrafo único. A teor de seu art. 101, parágrafo único, assinale-se que "o abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade".

Assim sendo, afigura-se cabível a inserção de um art. 32-A



ao ECA, a determinar que "o Município, em conjunto com o Conselho Tutelar e o Ministério Público, poderá criar programas para colocação de crianças e adolescentes em situação de risco social sob a proteção de família substituta".

No tocante à fiscalização das casas de Internet conhecidas como "Lan house", bem como de estabelecimentos que alugam e vendem fitas de jogos, é desnecessária e inoportuna a positivação da regra do art. 6º da proposição em exame.

Ainda, não se mostra conveniente a adoção da regra constante do art. 7º da sugestão, erroneamente numerado como 6º, segundo a qual "a conversão do casamento religioso ou união estável em casamento civil é atribuição do juiz de paz".

Isso porque o procedimento para equiparação do casamento religioso ao civil já se encontra previsto no arts. 1.151 e 1.516 do Código Civil, bastando o seu registro no ofício competente, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração.

No caso da união estável, o art. 1.726 do mesmo diploma determina que essa "poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Registro Civil". Porquanto o dispositivo bem disciplina a matéria, há de se concluir pela desnecessidade de sua alteração.

Por todo o exposto, manifesto-me pela rejeição da sugestão nº 238, de 2006, nos termos do projeto de lei que ora se segue.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado LEONARDO MONTEIRO Relator

